



05/04/2017 - Telesíntese

Concessionárias de energia ampliam coro por espectro exclusivo

O secretário de Energia do MME, Fábio Alves, e o diretor da diretoria da Aneel, André Patrus, engrossaram o coro ao lado das concessionárias de energia elétrica para que a Anatel libere uma licença exclusiva para a oferta de banda larga para o setor. Esse debate também será travado na Citel e UIT.

Cerimônia de abertura da UTCAL Summit 2017, que se iniciou hoje, 05, em Salvador (BA) (Foto de Edgar de Souza – Divulgação)

Salvador (BA) – As concessionárias de energia elétrica querem um pedaço do espectro radioelétrico para ter banda larga confiável. E já começam a angariar apoios em diferentes esferas do governo brasileiro e de fóruns internacionais para buscar convencer os reguladores a alocar faixa exclusiva para a prestação de serviços em missões críticas.

Na UTCAL Summit 2017, que está sendo realizada em Salvador (BA) este ano, a frequência foi um dos temas em debate pelas empresas de utilities e angariou o apoio de diferentes agentes do governo brasileiro para essa bandeira. Para o secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, Fábio Alves, atualmente, todos dependem da informação, e muito mais as empresas de energia, que não podem mais prescindir de dados. “A rede elétrica precisa cada vez mais ter redes confiáveis, até mesmo para não deixar o WhatsApp cair, e para ter segurança em nossas missões críticas”, afirma Alves.

A Aneel, por sua vez, que defende a neutralidade tecnológica, apoia o movimento do setor energético. Para André Patrus, assessor da diretoria, a agência apoia a destinação de frequências específicas para esse fim. E as razões para isso, explicam diferentes interlocutores presentes ao evento, é que hoje há inúmeras situações críticas que não podem esperar

pelo atendimento das operadoras de telecomunicações. Por exemplo, se cair a luz em uma fazenda com criadouro de frangos, as companhias de energia elétrica não podem esperar duas ou três horas para as operadoras de celular religar os seus sistemas, pois toda a produção morreria.

Há ainda outro problema, aponta Ricardo Serra, da Siemens. A rede IP e a própria regulamentação de telecomunicações impedem que as empresas de telecomunicações deem preferência ao tráfego das empresas de utilities, o que por si só justifica uma frequência exclusiva. “O menino do Facebook trafega o dado no mesmo grau de importância do que um serviço crítico de uma empresa de energia elétrica”, ressaltou.

Mas para José Paulo de Oliveira, diretor do Setor Público da Cisco, o risco de uma frequência exclusiva é acabar esperando demais para que as soluções apareçam, enquanto as frequências abertas oferecem muito mais oportunidades de as soluções avançarem com mais rapidez. “O importante é que essa discussão não crie barreiras para o desenvolvimento das soluções”, advertiu.

O presidente da Cisco, Laércio Albuquerque, assinalou que pesquisas recentes apontaram, por exemplo, que em 2020 60% da IoT ainda será usada pelas corporações para melhorar a produtividade e a eficiência das empresas, e não para atender os anseios dos consumidores, em um exemplo do quanto ainda deve ser feito.

05/04/2017 - Telesíntese

FCC fará análise econômica para cada nova regulação

Presidente da agência, Ajit Pai, diz que foco em economia, em vez de normas, permitirá criar regras pensadas para o futuro.

A Federal Communications Commission (FCC) ganhou hoje, 05, um novo departamento. A agência, responsável por regular os setores de telecomunicações nos Estados Unidos, passa a ter o Escritório de Dados e Economia. Criado por Ajit Pai, presidente da autarquia, o departamento ficará encarregado de analisar o impacto econômico de toda proposta futura de regulação.

O núcleo ficará encarregado, ainda, de angariar dados sobre tendências, tecnologia e temas variados possam vir a ser alvo de regulação, “a fim de que a FCC tome decisões bem informadas”, diz Pai. Segundo

ele, é fundamental que toda nova regra seja bem fundamentada em princípios econômicos e seja capaz de gerar dividendos à economia do país.

Os primeiros relatórios a serem elaborados deverão versar sobre internet das coisas, atuação de operadores de interconexão regionais e tarifação de chamadas e trânsito de dados internacionais. E, diz Pai, a intenção é que permitam ver o “cenário amplo” das oportunidades futuras.

Ele não deixou claro, no entanto, se o grupo fará a revisão das medidas propostas por ele, como permitir a prática de zero-rating e rever planos de subsídio a operadoras regionais que oferecem banda larga de baixo custo em áreas com pouca competição.

AGU vai se posicionar sobre PLC 79

A Advogada Geral da União pede para ser parte do processo e adotar as providências adequadas na "defesa do interesse público"

Depois de algumas semanas de silêncio (desde que mudou de mãos, para o ministro Alexandre de Moraes) houve nova movimentação no processo de tramitação do PLC 79 no Supremo Tribunal Federal.

Hoje, 5, foi informado ao público que a Advocacia Geral da União protocolou petição informando que irá se manifestar sobre o mérito do processo.

O ministro interino, Luis Roberto Barroso, tinha solicitado formalmente a

manifestação do Ministério Público (que se colocou contrário a algumas partes do projeto, como as frequências perpétuas) mas tinha deixado a critério da AGU a sua manifestação formal ou não sobre o projeto.

Hoje, a Advogada Geral da União, Grace Maria Mendonça, pede para fazer parte do processo e também que possa adotar as providências adequadas “na defesa do interesse público”.

05/04/2017 - Telesíntese

Expansão da IOT no Brasil deve ser lenta, prevê Teleco

Durante IoT Summit, operadoras brasileiras apresentaram suas estratégias para explorar as oportunidades da tecnologia nascente e mostraram suas apostas para o mercado local

O Brasil vai adotar a internet das coisas, e as operadoras estão investindo no segmento. No entanto, por se tratar de uma tecnologia nascente e sem similar, deverá ter um crescimento cadenciado. É o que indica a consultoria Teleco. Segundo Eduardo Tude, presidente da empresa, o Brasil tem oportunidades para explorar a IoT em várias frentes, mas o ritmo de adoção não será explosivo.

“Vemos que, até 2025, o Brasil terá entre 100 milhões e 200 milhões de objetos conectados. Pare-

cem números modestos porque entendemos que o crescimento de IoT aqui será lento e gradual. Não vemos, dentro das tendências atuais, uma explosão. Pode haver forte adesão em algum segmento, mas no conjunto, será cadenciado”, falou o executivo ao participar do IoT Summit 2017, evento online que debateu o cenário para a formação do mercado de internet das coisas no Brasil.

Conforme Tude, a IoT ainda enfrenta algumas barreiras, como o preço, a tributação. Mas o volume das conexões expõe o grande potencial econômico. “A agricultura é a nossa grande oportunidade. Imagine que em 2015 havia 45 mil colheitadeiras em uso, e menos de 10% eram conectadas. Já conectar o rebanho bovino, apenas de Fistel, custaria R\$ 1,2 bilhão, mais R\$ 400 milhões por ano”, ressaltou.

Vivo

Lento ou rápido, as operadoras não querem esperar para ver. Todas as principais empresas do setor já investem em melhorias de rede e na oferta de serviços em IoT. Na Vivo, por exemplo, há o consenso de que a tecnologia vai revolucionar o setor corporativo. A empresa, que tem a maior quantidade de acessos M2M instalados do país, 40% do total, quer migrá-los para IoT, acrescentando mais funcionalidade e inteligência.

“Nossa ideia é complementar o portfólio B2B com soluções IoT, atendendo grandes, médias e pequenas empresas. O posicionamento vai envolver os serviços de conectividade, mas também de big data, de soluções e de desenvolvimento de plataformas”, contou Eduardo Takeshi, gerente sênior de soluções IoT e M2M da Vivo.

Segundo ele, as oportunidades em IoT são mais variadas. “Em 2012 o M2M tinha menos verticais, como rastreamento e segurança de alarmes. Hoje, há utilities, meios de pagamentos, setor de agro, advertising, consumer electronics, medidor de audiência, carros conectados, cidades inteligentes”, enumerou. Tudo deve se beneficiar de um upgrade de infraestrutura que facilitará a conexão das coisas com o 4G, dentro do padrão NB-IoT.

TIM

A TIM Brasil também está atenta às transformações que a internet das coisas propiciará. Segundo Janilson Bezerra, responsável pelo



setor de inovação e novos negócios da tele, a dimensão continental e os indicadores sociais e econômicos tornam o país extremamente atrativo para investimentos.

“O histórico industrial, de agronegócio e os desafios de gestão ambiental serão alavancas combinados com o IoT para destaque do nosso país. A tecnologia pode tornar nossas megacidades mais habitáveis”, ressaltou. Para o executivo, estamos saindo do ápice do M2M, que se refere unicamente à conexão entre

máquinas, e entrando definitivamente na onda da internet das coisas.

“Essa segunda onda vai requerer atributos diferenciados de conectividade. Vai exigir baixa latência, menor consumo de energia, capacidade de conectar milhões de objetos. Depois de 2020, entraremos na onda da missão crítica”, prevê. Segundo ele, o 4G se apresenta, atualmente, como a melhor tecnologia para a conectividade IoT. Para isso, as redes devem ser adaptadas para usar o padrão LPWA, ou seja, para receber a conexão de múltiplos aparelhos de uma vasta área, e com baixo consumo. “A TIM já tem a maior cobertura 4G no Brasil. Agora o NB-IoT é nossa grande aposta para a conectividade das coisas nos próximos anos”, revelou.

A empresa também está investindo em soluções de big data e analytics. E, ainda, em um modelo de inovação aberta, que tenta atrair desenvolvedores. “A inovação não deve vir da operadora, mas de quem é capaz de identificar e criar soluções para novos desafios”, resumiu.

Embratel

Estratégia da qual comunga a Embratel. Segundo Eduardo Polidoro, diretor de M2M e IoT da operadora, o padrão escolhido foi o LPWA NB-IoT por ter uma cobertura bastante grande. Agora, trabalham para nutrir o surgimento de inovações. “Nossa ideia também é que a gente leve kits de desenvolvimento que já vêm com plano de dados para startups, para desenvolverem um produto de forma rápida e provar conceitos antes de chegar ao produto final”, falou.

Outro foco da Embratel tem sido o carro conectado, não apenas a telemetria e rastreamento. “A proposta é levar aplicações para o veículo. A gente consegue entregar WiFi para as pessoas de um veículo, criar geofences (cercas eletrônicas) que delimitam perímetros de trânsito, emissão de alertas de movimentação ou de velocidade”, exemplificou.

Além dos carros, outra oportunidade imediata vislumbrada pelo executivo é a oferta de soluções de smart cities. “As cidades se beneficiam de smart parking, smart lightning, smart traffic e gun shot detection. E tem a vertical de utilities, em que os sensores podem ajudar na prevenção de perdas”

Leia mais em: <http://migre.me/wnPwp>

05/04/2017 - Rede Brasil Atual

Temer reduz Mais Médicos e 7,7 milhões de pessoas ficam sem atendimento

Ministério da Saúde atrasa salários, diminui o número de profissionais e vai pondo fim ao programa aprovado pelos usuários

Aprovado pela população e elogiado internacionalmente, o programa Mais Médicos, criado em 2013, durante o governo Dilma Rousseff, vem sendo gradativamente desmontado durante a gestão de Michel Temer. É o que afirma o médico Hêider Pinto, que coordenou o programa entre 2014 a 2016, em entrevista a Conceição Lemes, no Viomundo.

O programa chegou a ter 18.240 médicos, garantindo acesso a 63 milhões de pessoas em 4.058 municípios. Hoje, não chega a 16 mil médicos para menos de 3.800 municípios.



"Isso significa que 7,7 milhões de pessoas deixaram de ser atendidas pelo programa. Depois de terem por mais de três anos médicos perto de suas casas, de segunda a sexta, essas pessoas voltaram a não ter a quem recorrer", afirma Hêider Pinto.

Segundo ele, não há nenhuma justificativa técnica que recomende desmontar programa tão exitoso, e que essa ação de enxugamento produzida pelo governo se dá por motivação ideológica e "compromissos assumidos com a parte mais atrasada e xenófoba da corporação médica".

05/04/2017 - RBA

Governo Temer corta financiamento das Farmácias Populares

Convênio com rede privada oferece menos de um quarto dos medicamentos das unidades próprias, que serão fechadas, a menos que sejam mantidas pelos municípios

O governo Temer anunciou, na última sexta-feira (31), que não vai mais financiar as unidades próprias do programa Farmácia Popular. Em reunião com representantes do Ministério da Saúde e secretários estaduais e municipais da área, ficou decidido que as unidades não mais receberão verbas da União a partir de maio. Caso os municípios optem pela manutenção das unidades, deverão arcar com os custos, o que aponta para o fechamento da maioria.

Lançado em 2004, durante o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa garantia a distribuição gratuita ou com até 90% de desconto de 112 medicamentos de uso contínuo para doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e anemia. A rede própria, que já vinha sendo reduzida, conta hoje com 393 unidades.

Será mantida pelo governo federal apenas a distribuição de medicamentos por meio de farmácias conveniadas, na variante Aqui Tem Farmácia Popular, que conta com gama de medicamentos reduzida, de apenas 25 itens.

Para Hugo Fanton, integrante da União dos Movimentos Populares de



Saúde (UMPS), a medida é mais um retrocesso do governo Temer na área da saúde e vai restringir o acesso da população de baixa renda a assistência farmacêutica na rede pública. "A tendência é piorar ainda mais o acesso aos medicamentos", afirmou.

O governo diz que pretende, com o fechamento das unidades próprias, economizar cerca de R\$ 100 milhões anuais. Segundo Fanton, trata-se de uma agenda que visa a restringir os recursos e reduzir a participação do

sistema público de saúde de modo a privilegiar os interesses do setor privado.

Ele compara a medida com o plano do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), de fechamento das farmácias das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para passar a distribuir medicamentos nas redes comerciais.

Sobre a medida de Doria, o Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo alertou que a proposta atinge diretamente a população mais pobre das periferias, já que as grandes redes de farmácias concentram filiais nas regiões centrais e mais ricas da cidade.

04/04/2017 - RBA

CUT: greve geral será passo decisivo para derrotar governo golpista

Para a central, governo Temer surgiu "para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto promove o desmonte das políticas de proteção social"



"A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua, para derrotar o governo golpista", diz a CUT, em nota de sua direção nacional, publicada hoje (4). "Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: NENHUM DIREITO A MENOS!", afirma a central, informando que a paralisação do dia 28 faz parte de uma ação estratégica "para derrotar a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer", em iniciativa discutida com as demais centrais.

"Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil. Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário", diz a CUT.

"Iremos para as ruas para repudiar o PL 4.302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a "viverem de bico", sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas."

Confira a íntegra da nota:

A Direção Nacional, reunida em Brasília, no dia 29 de março, deliberou pela organização da greve geral como ação estratégica da CUT para derrotar a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Trata-se de uma iniciativa construída com o conjunto das centrais sindicais.

Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: NENHUM DIREITO A MENOS! A greve geral será um passo decisivo na luta que continua-

remos a travar, sem trégua, para derrotar o governo golpista.

Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil. Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário. Iremos para as ruas para repudiar o PL 4.302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a "viverem de bico", sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas.

Essa deliberação foi tomada após uma cuidadosa análise de conjuntura.

Passamos por uma profunda recessão econômica, que atinge todos os setores da economia e que se aprofunda por causa da desastrosa política de austeridade do atual governo. Em vez da prometida retomada do crescimento, assistimos à pior recessão da história e à projeção de um crescimento medíocre para os próximos anos, transformando o período 2011-2020 em mais uma década perdida.

As principais vítimas desse processo são os/as trabalhadores/as penalizados/as com o desemprego, que atinge a assombrosa marca de cerca de 13 milhões de pessoas, ou que veem diminuir sua renda, vivendo na incerteza em relação ao trabalho e à proteção social.

A Direção nacional da CUT também constatou o agravamento da crise institucional e política que abala o país, como revelam as tensões entre membros do STF e o Ministério Público, assim com as rusgas do Judiciário com o Congresso, onde grande parte dos parlamentares encontra-se na lista das delações premiadas como suspeitos de corrupção. São esses parlamentares que buscam desesperadamente e sem qualquer pudor uma saída legal para o mal feito, legislando em interesse próprio, empenhados na aprovação de uma lei que acoberte seus crimes e os isente da punição.

O governo ilegítimo também foi atingido no seu núcleo de poder com denúncias de corrupção. Nos primeiros seis meses do atual governo, seis ministros caíram e outros cinco encontram-se sob suspeita. O próprio presidente corre o risco de ser cassado pelo TSE.

No meio da crise, no entanto, o governo ilegítimo mostra a que veio ao ser conduzido ao poder através do golpe. Veio para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto promove o desmonte das políticas de proteção social, a privatização de estatais e bancos públicos, a entrega da exploração de nossas riquezas naturais a empresas estrangeiras, comprometendo a soberania nacional. Veio também para retirar direitos da classe trabalhadora.

Temos motivos de sobra para repudiar o governo ilegítimo e para conclamar a classe trabalhadora para a greve geral no dia 28 de abril.

5 de abril de 2017 - Vermelho

Bancos públicos estão sob ataque. Por que é importante defendê-los?

Cartilha que será lançada no próximo dia 10 aponta verdades e mentiras sobre os bancos públicos. Cartilha que será lançada no próximo dia 10 aponta verdades e mentiras sobre os bancos públicos.

Redução do corpo de funcionários, fechamento de agências, aumento das taxas de juros, descapitalização do BNDES e pressão para privatização de bancos estaduais. Essas e outras

medidas sinalizam que os bancos públicos estão sob ataque na gestão Michel Temer. Para subsidiar o debate sobre esse processo de desmonte, o Sindicato dos Bancários de São Paulo realiza, no próximo dia 10, o seminário "Em Defesa dos Bancos Públicos", no qual será lançada cartilha sobre o tema.

A ideia é esclarecer a sociedade sobre o assunto, apontando tanto as mentiras amplamente difundidas quanto as verdades omitidas nas discussões sobre as instituições financeiras públicas. O seminário acontece das 9h às 18h, no Braston Hotel, centro de São Paulo. Confira a programação abaixo.

"Quem perde muito com esse ataque aos bancos públicos é a população. Hoje, 56% de todo o crédito concedido no Brasil vem de bancos públicos. É óbvio que, com o enfraquecimento dos públicos, o setor privado vai aumentar, mas não terá condições de ocupar o espaço dos públicos. Então quem vai perder muito mais é a sociedade, que não vai ter agentes econômicos para atuar nos mesmos programas e políticas que existem hoje", diz o economista João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos debatedores do evento.

Ele lembra ainda que menos crédito significa menos investimentos e, conseqüentemente, mais desemprego. Na sua avaliação, a investida contra os bancos públicos faz parte de uma estratégia maior do governo atual, de desmonte do Estado.

"Todas as instituições que geram emprego ou bem-estar social estão sendo desmontadas, porque essa é uma concepção de Estado. É a visão de transformar o Estado em um balcão de negócios e favorecimento dos banqueiros, das multinacionais e dos rentistas. A partir disso, entra o ataque à Previdência, à CLT, aos bancos públicos e a tudo mais que estiver pela frente", diz.

Garantia de mais alimentos e com preços mais baixos

Sicsú foi um dos responsáveis por elaborar a cartilha "Em Defesa dos Bancos Públicos: Verdade e Mentiras", que será lançada no seminário. Entre as verdades que não são contadas para a população, a publicação cita o papel das instituições públicas no financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), responsável por conceder crédito às famílias agricultoras para viabilizar



sua produção anual. Diante do cenário de esvaziamento dos bancos públicos, o programa pode ficar ameaçado.

"Muita gente não sabe, mas 70% dos alimentos que consumimos vêm da agricultura familiar, que emprega 12 milhões de pessoas. Os juros do Pronaf são, no máximo, de 5,5%. O governo dá aos bancos uma compensação para que pratiquem esses juros baixos. Mas os bancos privados

têm participação irrisória nesse programa, cujo grande agente é o Banco do Brasil. Então, se não existirem bancos públicos para fazer o Pronaf, as taxas de juros para as famílias agricultoras serão mais altas, e teremos menos alimentos com preços mais altos", alerta Sicsú.

Financiamento para indústria e infraestrutura

Outro fato que costuma ficar de fora dos debates é que grande parte do investimento da indústria e da construção da infraestrutura no Brasil é financiada por bancos públicos. "Bancos privados não têm interesse em fazer financiamento com taxas de juros baixas, prazos longos e, por vezes, de projetos que podem ser de alto risco, como a construção de uma hidrelétrica. Isso é feito, no Brasil, por BNDES, Caixa e Banco do Brasil, principalmente", aponta o economista.

Esse tipo de financiamento tem garantido construção e ampliação de metrô em diversas cidades, aeroportos modernizados, saneamento em muitos municípios e a ampliação da produção de energia elétrica, por exemplo.

Segundo Sicsú, sem bancos públicos para fazerem a oferta de crédito com esse perfil, os avanços na infraestrutura do país e no investimento industrial ficarão comprometidos. "Existem áreas e setores econômicos em que os bancos privados não têm interesse. E é legítimo isso. Mas o que não pode é deixar essa área ou esse setor sem financiamento. O Brasil não pode ficar sem infraestrutura, por exemplo", defende.

CrITÉRIOS TÉCNICOS

Entre as mentiras sobre os bancos públicos que a cartilha dos bancários busca desconstruir, está o argumento de que essas instituições emprestam recursos sem rigor, porque estariam contaminadas por orientações políticas de governantes.

"É dito que bancos públicos são usados para se fazer política e não para se fazer desenvolvimento, financiamento de programas econômicos e sociais. Mas, se isso fosse verdade, o grau de inadimplência dos bancos públicos seria alto. Na verdade, os bancos públicos tomam decisões técnicas", coloca Sicsú.

De acordo com dados do Banco Central citados por ele, de 2004 até hoje, as instituições públicas registram grau de inadimplência menor que a dos bancos privados. "Ou seja, há um grande zelo nos bancos públicos com essas operações", acrescenta.